

Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro Instituto de Relações Internacionais Programa de Educação Tutorial

Pautas Identitárias em Disputa: Extrema-direita nas redes sociais.

Para começar resumindo um pouco o ep, ele fala como O avanço da extrema-direita em diversas partes do mundo tem reconfigurado o debate público em torno das chamadas pautas identitárias — aquelas que envolvem reivindicações políticas de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras, populações LGBTQIA+, povos indígenas e pessoas com deficiência. Nesse contexto, as redes sociais digitais tornaram-se um dos principais campos de disputa simbólica e política, especialmente a partir da consolidação de plataformas como o Twitter/X, onde se intensificaram campanhas articuladas de desinformação, hostilidade e deslegitimação dessas pautas.

Entao nos trouxemos como A radicalização do debate identitário tem sido acompanhada por uma estratégia coordenada de setores da extrema-direita para transformar políticas de reconhecimento em alvos políticos. Reivindicações por ações afirmativas, como a lei de cotas, o uso de linguagem neutra e a ampliação da representatividade nos espaços institucionais, passaram a ser enquadradas como símbolos de um suposto avanço autoritário do progressismo sobre valores considerados "naturais" ou "tradicionais". Nessas narrativas, a promoção da diversidade aparece distorcida como tentativa de censura, doutrinação ideológica ou ameaça à liberdade individual.

Esse tipo de retórica ganhou fôlego renovado com mudanças recentes em plataformas digitais. Após a aquisição do Twitter por Elon Musk, observou-se um aumento expressivo na circulação de discursos de ódio, ataques contra minorias e narrativas conspiratórias contra o que é rotulado como "agenda woke". A flexibilização das políticas de moderação de conteúdo e a reativação de perfis anteriormente banidos contribuíram para a consolidação do Twitter/X como um espaço de mobilização da extrema-direita global. O discurso de liberdade irrestrita de expressão, nesse cenário, tem sido utilizado como escudo para sustentar campanhas sistemáticas contra iniciativas de inclusão, pautas educacionais e direitos civis.

No episódio do *Petcast*, vamos abordar essas questões no contexto brasileiro, discutindo como as pautas identitárias vêm sendo distorcidas e atacadas por grupos da extrema-direita nas redes sociais. A partir da análise de casos recentes e da atuação dessas plataformas na circulação de discursos de ódio e desinformação, o episódio também pretende refletir sobre a necessidade de maior regulação das redes sociais, especialmente no que diz

respeito à responsabilização por conteúdos que incitam discriminação e enfraquecem políticas públicas voltadas à equidade e à justiça social.

REFERÊNCIAS:

DE MORAIS, Argus Romero Abreu. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.

RUY, Carolina Maria. Artigo. Como surgiu a política identitária e qual sua relação com a ideologia liberal? Brasil de Fato, 17 set. 2021. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/2021/09/17/artigo-como-surgiu-a-politica-identitaria-e-qual-sua-relacao-com-a-ideologia-liberal/. Acesso em: 17 de Abril de 2025.

SCHWARCZ, Lilia. Lilia Schwarcz: A pauta da extrema direita é identitária. YouTube: Podcast Reconversa, 27 ago. 2024. Entrevista. Disponível em: https://youtu.be/xMnCJ_KEDqU?si=CH26EPRXFqh_pQ3i. Acesso em: 17 de Abril de 2025

BLOCO 1 – O QUE ESTÁ EM DISPUTA? - CLÉO LUZ

Contexto histórico-ideológico

- Como surgiram as pautas identitárias nas lutas sociais?
 - → Inserir marcos históricos (ex.: movimentos feministas, negros, LGBTQIA+).
 - → Explicar a relação com políticas de reconhecimento e justiça social.

Apropriação e distorção pelas extremas-direitas

- Como a extrema-direita passou a atacar essas pautas?
 - → Referenciar o crescimento de movimentos reacionários pós-anos 2010.
 - → Destacar a tática de acusar as pautas de "doutrinação", "autoritarismo progressista" etc

Conceitos-chave

- Definição de "pautas identitárias" e por que são alvo.
- Termos usados pela extrema-direita: "ideologia de gênero", "agenda woke", "lacração", entre outros.
- A inversão discursiva: liberdade de expressão usada para legitimar ataques.

BLOCO 2 – COMO SE MANIFESTA NAS REDES SOCIAIS? - BRUNA FERREIRA

Liberdade de Expressão como justificativa

Cenário internacional e nacional

- Plataformas como campo de disputa simbólica e política.
 - → Twitter/X, YouTube, TikTok, Telegram: mudanças nas políticas de moderação.
 - → A "liberdade irrestrita" como discurso estratégico para desinformação.

Campanhas de desinformação e hostilidade

• Casos de ataque coordenado a políticas públicas (ex.: lei de cotas, linguagem neutra).

- Exposição midiática e cyberbullying contra ativistas e figuras públicas ligadas à diversidade.
- Uso de bots, fake news e memes como instrumentos de mobilização política.

Fontes recomendadas:

- Reportagens (Agência Pública, The Intercept Brasil, Núcleo Jornalismo).
- Estudos acadêmicos e dados de organizações de checagem (ex.: NetLab, Sleeping Giants Brasil).

BLOCO 3 – POR QUE ISSO É UM PROBLEMA GRAVE NO BRASIL? (SE ATENTAR QUE NESSE BLOCO É UMA JUSTIFICATIVA DO POR QUE É PRECISO <u>PROBLEMATIZAR OS CASOS ABORDADOS NO BLOCO ANTERIOR</u>) - DANIEL RIBEIRO

Vulnerabilidades estruturais

- Herança colonial, desigualdade racial, machismo estrutural e LGBTfobia como base.
- Baixa regulação das plataformas no país e impacto desigual do discurso de ódio.

Instrumentalização política e eleitoral

- Como esses ataques alimentam campanhas políticas e projetos legislativos anti-direitos.
 - → Exemplo: Projetos contra linguagem neutra, revisão de políticas de cotas etc.
- O papel das redes na radicalização de discursos e no enfraquecimento da democracia.

Fontes para dados contextuais:

- Pesquisas do NetLab UFRJ, ITS Rio, Data Privacy Brasil, Instituto Alana.
- Citações e trechos de entrevistas com estudiosos(as) como Lilia Schwarcz.

BLOCO 4 – O QUE PODE SER FEITO? - CAUÃ MANERBA

Propostas e soluções possíveis

- Avanços regulatórios em debate (ex.: PL das Fake News, regulação das plataformas).
- A importância de políticas públicas e educação midiática.
- Incentivar o fortalecimento de redes e coletivos de resistência.

Exemplos de resistência e mobilização

- Iniciativas como PretaLab, Instituto Marielle Franco, Coalizão Direitos na Rede.
- Ação de influenciadores e jornalistas que pautam diversidade com responsabilidade.
- Experiências positivas de moderação comunitária e checagem de fatos.

Referências úteis:

- Citações de Argus de Morais, Carolina Maria Ruy, Lilia Schwarcz.
- Vídeos, artigos e dados de ONGs e coletivos.

BLOCO 5 - TRANSIÇÃO PARA ENTREVISTA (APENAS G2)

Pergunta de ligação com o convidado

DESCRIÇÃO DO EPISÓDIO (SPOTIFY)

Por que a diversidade virou alvo? Neste episódio, analisamos como a extrema-direita tem se apropriado das redes sociais para transformar pautas identitárias em símbolos de conflito e ameaça. Compreender essa disputa simbólica é essencial para entender os ataques a grupos marginalizados e o enfraquecimento da democracia no Brasil. Com a participação do professor Adriano de Freixo, do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF, discutimos as estratégias digitais, os impactos políticos e as consequências dessa instrumentalização para os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Esse episódio foi produzido pela Geração 2 do PET/IRI, composta por: Bruna de Santana, Cauã Manerba, Cléo Luz e Daniel Ribeiro. Os dados usados foram coletados pela Geração 3, composta por: Ana Carolina Matos, Enzo Cosenza, João Albuquerque, Laila Tulani, Marina Zenha e Maria Eduarda Bogio. O episódio foi revisado e editado pela Geração 1, composta por: Catharina Souza, Clara de Assis, Larissa Firmino e Maria Clara Hierro.

RASCUNHO DE ROTEIRO

BLOCO I — APRESENTADOR I:
APRESENTADOR: Este é o PETCAST, um podcast produzido pelos bolsistas do programa
PET/TEPP do Instituto de Relações Internacionais da Pontificia Universidade Católica do
Rio de Janeiro. O projeto conta com apoio do Instituto, mas lembramos que todo o conteúdo
reproduzido é de responsabilidade dos bolsistas e não reflete posicionamento institucional.
Este episódio foi gravado no Laboratório de Humanidades Digitais da PUC-Rio.
ADDROCENTE DOD ON THE STATE OF

APRESENTADOR: Olá, sejam bem-vindos ao PETCAST! Eu sou ______, e hoje junto aos meus colegas ______ e _____, estaremos discutindo como a extrema-direita transforma questões de diversidade em alvo político nas redes sociais. Trazendo, com isso, o episódio: Pautas Identitárias Sob Ataque!

APRESENTADOR: E para aprofundar, como já é de costume no nosso podcast, estaremos contando com a presença de um convidado! Acreditamos que é sempre interessante ter uma visão de fora, mais especialista e mais específica com quem possamos dialogar.

Então vamos lá?

Inserção: Vinheta do PETCAST

APRESENTADOR: Bom, quem lembra da **enorme** repercussão que teve nas redes sociais quando divulgaram, em 2019, que a Ariel do novo filme da Pequena Sereia seria uma atriz negra? A polêmica escalou tanto que uma hashtag subiu no Twitter: #NãoéMinhaAriel. O discurso era frequentemente de que a Disney estava promovendo uma, entre aspas, "lacração forçada", gerando uma onda de reações violentas nas redes sociais, muitas delas mobilizadas por perfis associados à extrema-direita.

APRESENTADOR: O que nós percebemos é que isso cada vez mais tem se tornado um alvo político nas redes sociais. A diversidade, promovida como pauta identitária em diversas esferas da nossa sociedade, tem sido considerada uma forma de **doutrinação progressista** pela extrema-direita. E podemos ver isso se manifestar de diversas formas. Mas, antes de tudo, vamos situar esse assunto com uma breve contextualização.

APRESENTADOR: Para dar o pontapé inicial, podemos começar definindo o que **exatamente são as pautas identitárias.** O termo tem origem ainda na década de 70, com um coletivo de mulheres negras e lésbicas chamado "*Combahee river*". Surgido em Chicago, essas mulheres acreditavam que não se sentiam representadas pelo movimento feminista, que era predominantemente branco, em suas especificidades. Elas possuíam demandas diferentes das mulheres brancas. Por isso, as pautas identitárias buscam reafirmar a diversidade e promover a igualdade entre diferentes grupos marginalizados, por meio de ações políticas e sociais.

APRESENTADOR: E isso se torna ainda mais vital num país como o Brasil, país com altíssimas taxas de assassinato e violência cometida contra pessoas trans e travestis, contra pessoas negras, contra mulheres... Em 2023, houve 45 mil assassinatos de acordo com o Ipea. Desses, 35 mil foram pessoas pretas e pardas. 76% dos casos. Aqui, as pautas identitárias estão intrinsecamente atreladas ao direito de existência. O problema é que esses temas considerados progressistas, ao sugerir mudanças ao status quo, têm provocado pautas reacionárias do lado da extrema-direita — coincidentemente, a classe média neoliberal acostumada aos seus privilégios. Especialmente pós-2010 e após uma onda de governos progressistas com avanços nas políticas de reconhecimento e redistribuição.

APRESENTADOR: Essa mudança de cenário nas lutas sociais marca um ponto de virada no entendimento contemporâneo de justiça social. Como aponta a filósofa Nancy Fraser, ao longo dos últimos 150 anos, a justiça social foi pautada majoritariamente por reivindicações econômicas, como melhores condições de trabalho e distribuição de renda. Isso, porém, não significa dizer que, durante esse longo período da História, as lutas identitárias não tenham existido: quer dizer apenas que a economia foi predominante na busca pela justiça social. No entanto, com o colapso do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e o fortalecimento das pautas identitárias, passou a predominar um novo paradigma: o das políticas de reconhecimento. Nesse novo modelo, a centralidade deixa de ser a igualdade material e passa a ser o respeito às diferenças — culturais, étnico-raciais, sexuais e de gênero. A

valorização dessas identidades específicas não deve exigir a assimilação aos padrões dominantes, mas sim promover um mundo onde a diferença exista.

APRESENTADOR: Um bom exemplo de como as pautas identitárias são a base para as lutas sociais, foi a vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto, e só em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro. Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram de forma intensa e exaustivamente no movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos. Isso mostra como a organização de movimentos feministas no Brasil deu frutos como a garantia dos valores democráticos e como essas pautas têm se universalizado.

APRESENTADOR: Acerca dessa "universalização", cabe também ressaltar que, atualmente, essas discussões são massificadas pelas redes sociais. É um fenômeno, portanto, jovem. Um dos motivos pelo qual o famoso "mimimi" passou a ser utilizado de forma pejorativa para deslegitimar as pautas identitárias — especialmente quando expressam denúncia ou reivindicação de direitos. Essa retórica opera como uma reação conservadora, que busca preservar privilégios e evitar que as desigualdades estruturais venham à tona no debate público.

APRESENTADOR Y: E isso é feito através de uma inversão discursiva: a liberdade de expressão usada para legitimar ataques. Especialmente através das redes sociais, terra de ninguém.

APRESENTADOR Y: No Brasil, a liberdade de expressão é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, conquista central para o processo de redemocratização após os anos sombrios da ditadura militar, quando expressar livremente ideias poderia custar a própria vida. No entanto, esse direito tem sido mobilizado de forma distorcida por grupos reacionários para legitimar discursos de ódio. Como destaca a jurista Tânia Maria Saraiva de Oliveira, o discurso de ódio ocorre quando alguém utiliza a liberdade de expressão para atacar e inferiorizar outras pessoas com base em características como sexo, etnia, orientação sexual ou crenças políticas e religiosas. Atacar as instituições democráticas sob a justificativa de "liberdade de opinião" é, na verdade, uma ameaça direta ao próprio regime que garante esse direito. É por isso que o debate sobre os limites da liberdade de expressão diante do discurso de ódio é inadiável. Especialmente quando os alvos

principais desses ataques são justamente as minorias identitárias que lutam por reconhecimento e existência.

APRESENTADOR: Dentro desse contexto, os termos usados pela extrema-direita como "ideologia de gênero", "agenda woke" e "lacração" são usados para desmoralizar como parte de um vocabulário de inferiorização desses movimentos. Como por exemplo, quando criticaram o ator Maicon Rodrigues por associar a menor projeção de cantoras negras ao racismo, dizendo que ele só queria lacrar e pegar carona com termos quentes na mídia num ato de falsa militância. Seria simplesmente alguém em busca de holofotes, *likes*, visibilidade. Alguém que busca atenção, se apropriando de assuntos que estão em alta. Que nesse caso, é o racismo.

APRESENTADOR: Ao atrelar a luta das pautas identitárias à busca pelos holofotes e a desonestidade, isso mina o potencial dessas ações, mina seu próprio significado. Essa estratégia é usada também com o termo agenda woke. A palavra woke surgiu dentro das comunidades negras dos Estados Unidos como um chamado à consciência racial e à vigilância frente às injustiças sociais. Mas, com o tempo, e especialmente com a popularização nas redes sociais, impulsionada por hashtags como #staywoke, o termo passou por um processo de transformação. Deixou de ser um conceito de resistência para se tornar um rótulo muitas vezes associado a pessoas brancas performando posturas progressistas online, sem um real compromisso com mudanças estruturais. Essa apropriação e deslocamento do termo de suas raízes levou à chamada pejorização linguística. Como mostra uma matéria da *The Economist, woke* passou a ser usado de forma irônica, quase como um insulto, sinônimo de um "iluminismo liberal pretensioso", e, mais recentemente, de uma suposta ideologia moralista e intolerante.

APRESENTADOR: Na série da HBO, The White Lotus, essa ironia é perfeitamente representada pela personagem da atriz Sydney Sweeney, a Olivia. Universitária branca, rica, filha de liberais esclarecidos, ela lê autores como Fanon e Arendt na beira da piscina de um resort de luxo no Havaí, enquanto pratica um cinismo constante em relação aos pais e à elite ao seu redor. Olívia fala como se fosse politizada, crítica das estruturas de opressão, mas está ali usufruindo os mesmos privilégios que supostamente questiona. Sua indignação parece mais um símbolo de status intelectual do que um compromisso com transformações reais. É performático.

APRESENTADOR: Entender esses processos é fundamental para compreender como termos têm sido instrumentalizados para desacreditar pautas sociais legítimas.

APRESENTADOR: Agora, temos mais consciência do que são as pautas identitárias e de como a extrema-direita constrói seus discursos, com direito a termos pejorativos, distorções e ódio, categorizando o progressismo como uma ameaça à ordem tradicional.

E sabe onde essa disputa ficou ainda mais intensa? Isso mesmo: nas redes sociais.

Inserção: Master Teacher Medley - Erykah Badu [0:46 - 1:09]

Referências

REDAÇÃO NOSSA CAUSA. Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo. **Nossa Causa**, 09 mar. 2020. Disponível em: https://nossacausa.com/2020/03/conquistas-do-feminismo-no-brasil-uma-linha-do-tempo/. Acesso em: 19 mai. 2025.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics**: redistribution, recognition, and participation. In: PETERSON, Grethe B. (ed.). The Tanner Lectures on Human Values. Salt Lake City: University of Utah Press, 1998. v. 19, p. 1–67. Disponível em:

https://tannerlectures.org/wp-content/uploads/sites/105/2024/06/Fraser98.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

FOLTER, Regiane. Identitarismo ou movimento identitário: o que é o seu impacto. **Politize**, 17 out. 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/identitarismo/. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRAGA, Henrique. "Lacração": uma breve história de apogeu e queda. **Jornal da USP,** 12 Jun. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/lacracao-uma-breve-historia-de-apogeu-e-queda/. Acesso em: 20 mai. 2025

REDAÇÃO THE ECONOMIST. How has the meaning of the word "woke" evolved? **The Economist,** 30 jul. 2021. Disponível em:

https://www.economist.com/the-economist-explains/2021/07/30/how-has-the-meaning-of-the-word-woke-evolved?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gclsrc=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=19495464887&gbraid=0AAAAADBuq3KAFsFaY8HKMjhpd2Jzeurua&gclid=Cj0KCOjwlrvBBhDnARIsAHEQgOTeUVELDk05f30q77iwo0m94XzEkVBBBEvMiThPlazoxnoNKStL7hQaAhnHEALw_wcB. Acesso em: 18 mai. 2025.

DE OLIVEIRA, Tânia Maria Saraiva. Liberdade de expressão X discurso de ódio: o debate inadiável. **Brasil de Fato,** 24 fev. 2021. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/colunista/tania-maria-saraiva-de-oliveira/2021/02/24/liberdade-de-expressao-x-discurso-de-odio-o-debate-inadiavel/. Acesso em: 22 mai. 2025.

BLOCO 2 — A	APRESENTADOR	(ES):	
		$(-\sim)$	

[Vinheta de mudança de bloco: https://youtu.be/CYcbnFL2HS4?si=EgzdIKbIsdNrzvcI]

APRESENTADOR _____: Se você usa redes sociais com frequência, já deve ter se deparado com alguma postagem agressiva, um meme duvidoso, um comentário preconceituoso ou até mesmo uma "opinião polêmica" que questiona direitos básicos de certos grupos. E não é só impressão sua: esse tipo de conteúdo está cada vez mais comum nas plataformas. Tá mas...por que isso é um problema? E mais: o que isso tem a ver com a extrema-direita e as chamadas "pautas identitárias"? É aí que entra a nossa conversa de hoje. Tanto internacionalmente, quanto no Brasil, plataformas como Twitter ou X, YouTube, TikTok, Facebook e entre tantas mais, se tornaram campos de batalha, onde a "liberdade de expressão" é muitas vezes manipulada para justificar a desinformação e o discurso de ódio.

APRESENTADOR _____: De uma maneira global, a liberdade de expressão é reconhecida como um direito fundamental em várias declarações e tratados internacionais. Eu vou usar como base disso, o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948. Esse artigo fala sobre todo mundo possuir esse direito de "ter opiniões sem interferência" e de "buscar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Todos têm o direito de se expressar, de buscar e compartilhar ideias, mas isso não significa que essa liberdade seja absoluta. Quando um discurso ultrapassa o limite e passa a ferir a dignidade, espalhar ódio ou desinformação, ele começa a invadir o espaço e os direitos do outro. E é aí que está o equilíbrio: sua liberdade de expressão termina onde começa o direito do outro de existir com segurança, respeito e dignidade.

[Vinheta pra mudança de tópico: https://youtu.be/ziI1z21LQ6o?si=wPr7XKajYuauLXzY, timer: 00:04-00:07]

APRESENTADOR _____: Entendendo isso, vamos começar a nossa conversa com o caso da Meta, empresa responsável pelo Facebook, Instagram e WhatsApp. Uma matéria publicada em 2025 pela organização 'Aos Fatos' revela mudanças preocupantes nas políticas de moderação da Meta. A matéria expôs como a nova política de moderação da Meta passou a permitir conteúdos que antes eram considerados criminosos no Brasil, como expressões de preconceito religioso e supremacia racial. Frases explícitas de ódio, como "eu odeio negros" e "os brancos são melhores", agora podem circular nessas redes, enquanto expressões que indiquem nojo ou repulsa ainda são vetadas.

APRESENTADOR ____: Já uma outra matéria, também de janeiro 2025, do Intercept Brasil, revelou que a Meta **suspendeu** seu programa de checagem de fatos, permitindo a publicação e circulação de discursos preconceituosos como "os gays são uma

aberração e destruirão nossa família" e "os imigrantes imundos estão roubando nossos empregos" [colocar por baixo da voz: https://www.youtube.com/watch?v=OJhWtBBJw10]. [pausa para um possível suspiro meio dramático] É...por mais pesado que isso possa soar, ecoar de forma tão livre, pessoas têm esses discursos têm se propagados sem nenhum problema. Ou seja, todas essas mudanças mostram que, sob esse pretexto de "ampliar a liberdade de expressão", a empresa abriu espaço para a intolerância e a discriminação.

APRESENTADOR _____: Claaaaaro, isso não é feito de forma inocente, muito menos desinteressada. Essas decisões respondem a pressões políticas, econômicas e ideológicas muito específicas. Deixando essas as regras de moderação mais flexíveis, a empresa se aproxima de grupos que vêm ganhando força exatamente por mobilizar discursos polêmicos, polarizadores e agressivos. Em vez de atuar para proteger usuários contra ataques racistas, LGBTfóbicos ou misóginos, a plataforma escolhe um modelo que prioriza engajamento — e, consequentemente, lucro —, mesmo que esse engajamento venha por meio do conflito e da violência simbólica. Na prática, o que se vê é um ambiente digital que normaliza certos tipos de ofensa, esvazia o debate público e contribui para a construção de uma esfera online cada vez mais hostil para quem defende pautas de inclusão. A falsa neutralidade dessas plataformas, que dizem apenas "abrir espaço para o debate", escancara, na verdade, uma escolha política: permitir que discursos historicamente usados para oprimir ganhem força e visibilidade sob o argumento de que todas as opiniões merecem ser ouvidas.

APRESENTADOR _____: Só que esse discurso de "todas as vozes importam" [algo meio teatral, com voz grave?] ignora o fato de que há vozes que, quando amplificadas, ameaçam a existência e os direitos de outras. E quando quem tem o poder de decidir quais conteúdos circulam, escolhe proteger os ofensores em vez dos ofendidos, o impacto não é simbólico, é concreto, e ele atinge diretamente as vidas de pessoas que já enfrentam exclusões em várias esferas sociais.

APRESENTADOR _____: No TikTok, o cenário não é diferente. Uma reportagem do Núcleo Jornalismo em parceria com a Revista Azmina, publicada em abril de 2025, acompanhou durante dois meses a experiência de dois perfis fictícios de adolescentes. Esse monitoramento revelou que, mesmo com as políticas de proteção para menores, o algoritmo expõe jovens a conteúdos misóginos e conservadores, como vídeos que exaltam a "masculinidade" e rebaixam as mulheres a uma posição submissa, podendo eles [caso possa usar esse corte: https://youtube.com/shorts/18fYQNyvxuE?si=_PU4UrZu3spQYzCv uns 15 segundos da definição pode ficar bom]. Essa facilidade de acesso e recomendação de

conteúdos problemáticos, mesmo para menores de idade, escancara as falhas nas políticas de moderação e segurança da própria plataforma.

[Vinheta pra mudança de tópico: https://youtu.be/ziI1z21LQ6o?si=wPr7XKajYuauLXzY, timer: 00:04-00:07]

APRESENTADOR ______: E não para por aí. Uma matéria da Agência Pública, publicada em fevereiro de 2025, mostrou como, durante os protestos de universitários americanos contra o genocídio em Gaza, as plataformas Facebook, Instagram e TikTok — as mesmas que se dizem defensoras da tão famosa "liberdade de expressão" — adotaram medidas para silenciar vozes palestinas. Essa contradição se revela também na gestão do X (antigo Twitter), depois de ser comprado pelo Elon Musk. Segundo a mesma matéria, o Musk usa o algoritmo da plataforma para priorizar suas publicações alinhadas à extrema-direita, enquanto suspende contas de jornalistas críticos. Essa manipulação do discurso mostra como a ideia de liberdade é muitas vezes usada de forma estratégica e oportunista.

APRESENTADOR ______: E onde a extrema direita entra nisso tudo? Um estudo publicado pelo jornal britânico The Guardian em abril de 2025, conduzido por pesquisadores holandeses, mostrou que políticos de extrema-direita são os maiores disseminadores de desinformação nas redes sociais. A pesquisa, que abrangeu 26 países e analisou milhões de tweets ao longo de cinco anos, destacou que o populismo de extrema-direita é o principal motor da propagação de mentiras. Esses dados demonstram como a retórica da "liberdade irrestrita", que significa um tipo de liberdade que não tem limites, regras ou restrições, acaba legitimando estratégias de manipulação e desinformação, prejudicando o debate público e a democracia.

APRESENTADOR _____: No Brasil, por exemplo, as campanhas de desinformação e hostilidade têm como alvo políticas públicas de inclusão e diversidade, como a Lei de Cotas e a linguagem neutra. Um estudo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais) em 2023 mostrou como a Lei de Cotas, que garante acesso a grupos de baixa renda, grupos étnico-raciais e pessoas com deficiência, se tornou alvo de ataques coordenados em redes como TikTok, YouTube e Telegram. Memes e vídeos curtos, fáceis de viralizar, são usados para questionar a legitimidade da política, distorcendo informações e influenciando a opinião pública. De forma parecida, a linguagem neutra, que busca tornar o discurso mais inclusivo para pessoas não-binárias e transgêneras, vem sendo alvo de campanhas que a rotulam como "exagero ideológico".

APRESENTADOR : Outra questão importantíssima nesse cenário é a exposição midiática e o cyberbullying contra ativistas e comunicadores que defendem pautas de diversidade. Uma matéria publicada pela Agência Mural em outubro de 2023, em parceria com a ONG Artigo 19, entrevistou 82 comunicadores periféricos, mostrando que 54% receberam ameaças ou intimidações online, e 46% sofreram tentativas de invasão de contas. Esses ataques têm como objetivo silenciar as vozes desses comunicadores, especialmente aqueles que atuam em causas sociais e em comunidades marginalizadas. Já em um caso extremo de violência online, a ativista trans Clara Sorrenti foi vítima de swatting — um termo em inglês que se refere a uma prática criminosa muito perigosa: alguém faz uma denúncia falsa à polícia, dizendo que há uma situação grave (por exemplo, um sequestro ou um atirador) no local onde a vítima mora. Isso aciona equipes táticas da polícia (a SWAT, nos Estados Unidos, e daí vem o nome), que invadem o local como se fosse uma operação real. Clara sofreu essa denúncia falsa em agosto de 2022, no Canadá, o que resultou em uma invasão armada da polícia em sua casa, segundo reportagem da Fast Company Brasil. Esse ataque foi precedido por outra forma de violência digital: o doxxing (ou dooxing), que consiste em vazar ou divulgar, sem consentimento, informações pessoais da vítima — como endereço, telefone ou dados bancários — com o objetivo de intimidar, ameaçar ou expor alguém ao perigo. No caso de Clara, os agressores divulgaram seu endereço real, o que possibilitou o swatting.

Todos esses episódios escancaram como o ambiente digital pode ser extremamente hostil para quem defende pautas identitárias, e como essas hostilidades virtuais têm potencial de se transformar em violências concretas na vida real.

[Vinheta pra mudança de tópico: https://youtu.be/ziI1z21LQ6o?si=wPr7XKajYuauLXzY, timer: 00:04-00:07]

APRESENTADOR _____: E como se não bastasse tudo isso, ainda temos o uso de bots — que são contas automatizadas ou um programa automatizado que executam tarefas pré-definidas na internet, por exemplo, curtir, compartilhar, comentar ou publicar conteúdos — , fake news e memes como ferramentas de mobilização política. Um estudo acadêmico da Marcelle Medeiros Teixeira na UERJ, de março de 2022, mostrou como durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, essas estratégias ganharam força; isso desde a banalização da doença até a propagação de tratamentos sem comprovação. Esse fenômeno não só aumentou a circulação de desinformação, como fortaleceu grupos extremistas e fincou a prática de memes e hashtags como instrumentos de manipulação política e ideológica.

Tudo isso nos leva a uma pergunta central: por que essas estratégias, que envolvem manipulação de informações e o uso coordenado dessas tecnologias digitais, representam um problema tão grave no contexto brasileiro?

REFERÊNCIAS:

BIDDLE, Sam. Novas Regras da Meta permitem chamar gays de "aberrações" e imigrantes de "imundos". Intercept Brasil, 2025. Disponível em:

https://www.intercept.com.br/2025/01/10/novas-regras-da-meta-permitem-chamar-gays-de-aberracoes-e-imigrantes-de-imundos. Acesso em: 19 maio 2025.

BORGES, Alex Rodrigues; SANTOS, Rodolpho Gauthier C. dos. Cotas fatos ou fake? Entendendo o sistema de cotas do IFMG. 2023. Disponível em:

https://www.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/CotasfatooufakeEntendendoosistemadecotasdoIFMG.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

Como a disputa sobre a linguagem neutra virou guerra cultural no Brasil. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4v4dnm09lo. Acesso em: 19 maio 2025.

FERNANDES, Júlio César Vieira. **Resistência a linguagem neutra: Preconceito e Intolerância**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023. Disponível em:

https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/e9605b41-b449-4d0c-b8f1-26d4aeac36ad/content. Acesso em: 19 maio 2025.

HENLEY, Jon. Far-right populists much more likely than the left to spread fake news – study. The Guardian, 11 fev 2025. Disponível em:

https://www.theguardian.com/world/2025/feb/11/far-right-mps-fake-news-misinformation-left-study. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Um estudo em 26 países indica que os políticos de extrema-direita são os que mais espalham mentiras. 2025. Disponível em:

https://www.ihu.unisinos.br/650232-um-estudo-em-26-paises-indica-que-os-politicos-de-extrema-direita-sao-os-que-mais-espalham-mentiras. Acesso em: 20 maio 2025.

JEPPESEN, Sandra. **Ativistas interseccionais em risco online e offline.** Fast Company Brasil, 2022. Disponível em: https://fastcompanybrasil.com/tech/ativistas-interseccionais-em-risco-online-e-offline/. Acesso em: 20 maio 2025.

LOBATO, Gisele. **Meta autoriza conteúdos criminosos em novo manual interno de moderação**. In Aos Fatos. 2025. Disponível em:

https://www.aosfatos.org/noticias/meta-autoriza-conteudos-criminosos-manual-interno-de-moderacao/. Acesso em: 19 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 217 A (III). Palais de Chaillot, Paris, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 1 jun. 2025.

SANTOS, Cleberson; FLORA, Katia; ALVES, Livia; OLIVEIRA, Luís Antônio; OLIVEIRA, Matheus. **Brasil:** Comunicadores e ativistas periféricos relatam ataques virtuais e como tentam se proteger. Agência Mural, 13 out. 2023. Disponível em:

https://pt.globalvoices.org/2023/10/13/brasil-comunicadores-e-ativistas-perifericos-relatam-ataques-virtuais-e-c omo-tentam-se-proteger/. Acesso em: 19 maio 2025.

SANTOS, Flávia; SCHURIG, Sofia. Como o TikTok alimenta a misoginia entre adolescentes brasileiros. Núcleo Jornalismo, 2025. Disponível em:

https://nucleo.jor.br/reportagem/2025-04-03-tiktok-misoginia-adolescentes/. Acesso em: 20 maio 2025.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo fake news e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil. Orientador: Dilton Ribeiro do Couto Junior. 2022. Dissertação Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p.13-30 e p-87-96. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/17888. Acesso: 02 de Junho de 2025

VIANA, Natalia. **Liberdade de expressão uma ova**. Agência Pública, 04 fev. 2025. Disponível em: https://apublica.org/2025/02/liberdade-de-expressao-uma-ova/. Acesso em: 20 maio 2025.

BLOCO 3 — APRESENTADOR 3:

Bem, sabemos que o Brasil é um país marcado por uma profunda desigualdade social que tem raízes históricas na herança colonial e escravocrata. A formação social brasileira consolidou um sistema baseado na exclusão de determinados grupos sociais, principalmente pessoas negras, mulheres e a população LGBTQIA+. Essa estrutura histórica ainda se manifesta hoje nas mais diversas esferas da vida pública e privada.

De acordo com o "Painel Cor ou Raça", produzido pelo IBGE em 2024, o racismo estrutural, se revela, por exemplo, na diferença brutal entre presença e poder no mercado de trabalho: pessoas pretas e pardas são maioria na força de trabalho brasileira, representando 54,9%, entretanto, ocupam apenas 29,5% dos cargos gerenciais. Essa mesma desigualdade aparece na renda — com pretos e pardos mais do que dobrando a incidência de pobreza em comparação aos brancos, na educação, com taxas de analfabetismo mais altas, e na violência, com taxas de vitimização por homicídio superiores.

No caso das mulheres, os indicadores sociais do IBGE de 2021, revelam que as desigualdades também são evidentes: elas ganham, em média, 22% a menos do que os homens e realizam o dobro do tempo em trabalho doméstico não remunerado. Além disso, são sub-representadas na política e frequentemente vítimas de violência de gênero. Quando falamos da população LGBTQIA+, o quadro é ainda mais alarmante: o Brasil é um dos países com o maior número de registro de mortes violentas de pessoas da comunidade LGBTQIA+ no mundo, com 257 mortes violentas em 2023, sendo a maioria travestis, transexuais e gays, segundo o Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia.

Esse conjunto de vulnerabilidades estruturais torna esses grupos especialmente expostos a discursos de ódio e campanhas de desinformação nas redes sociais. A baixa regulação dessas plataformas no país agrava esse cenário. Empresas como Google, Meta e Spotify agiram para sabotar a aprovação do projeto de lei das Fake News, o PL 2630, proposto pelo Ministro Flávio Dino. Essa foi a primeira tentativa de regular a circulação de desinformação e discurso de ódio nas redes sociais no Brasil. O projeto foi aprovado no Senado Federal em 2020, mas os esforços das Big Techs foram capazes de retardar a sua tramitação no Congresso Federal até o presente momento através de anúncios contra o PL e burlando seus próprios termos de uso às vésperas da votação para tentar impactar a opinião pública e o voto dos parlamentares. O resultado é a manutenção de um ambiente digital onde o discurso de ódio e a desinformação circulam livremente.

E quem mais sofre com esse ambiente? Justamente os grupos já vulnerabilizados: negros, mulheres e LGBTQIA+. A antropóloga Adriana Dias apontou que há uma postagem em português contra negros, pessoas com deficiência e LGBTs no Twitter/X a cada 8 segundos. Isso mostra pra gente como o discurso de ódio não atinge todos igualmente, mas se concentra sobre os grupos sociais que, historicamente, já são excluídos e violentados.

Ainda, não podemos ignorar que essa vulnerabilidade estrutural de que comentamos, que atinge certos grupos sociais, tem sido instrumentalizada politicamente no Brasil. A extrema-direita brasileira transformou pautas identitárias em alvos privilegiados para mobilizar sua base e atacar direitos civis. Um exemplo claro são os projetos de lei contra a linguagem neutra. Um levantamento da Diadorim, agência de jornalismo independente engajada na promoção dos direitos da comunidade LGBTQIA+, aponta que, desde 2019, foram apresentados 80 projetos de lei para proibir o uso da linguagem neutra, sendo que 27 ainda estão em análise na Câmara dos Deputados e dois no Senado.

Esse ataque legislativo não é apenas uma reação cultural: ele é parte de uma estratégia política mais ampla, que busca restringir avanços em direitos civis e sociais, sobretudo aqueles conquistados por populações marginalizadas. O mesmo se observa na tentativa de revisão de políticas afirmativas como as cotas raciais, que também vêm sendo alvo de projetos conservadores. O ambiente político se nutre dessa tensão, alimentando campanhas eleitorais com base na rejeição a essas pautas.

Nesse processo, as redes sociais desempenham papel central na radicalização de discursos e no enfraquecimento das instituições democráticas. O exemplo mais evidente que podemos observar foi a criação do chamado "Gabinete do Ódio" no governo Bolsonaro, um núcleo digital responsável pela manutenção das redes sociais oficiais da Presidência da República e pelo planejamento de campanhas digitais do governo federal. Um estudo de 2020 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará revela que, dentre as atividades do gabinete, destacava-se a disseminação de campanhas de desinformação e discurso de ódio, especialmente durante a pandemia, atacando recomendações da Organização Mundial da Saúde e promovendo termos como "vírus chinês".

Além da ação direta do poder público, o próprio funcionamento das redes sociais contribui para esse cenário. Conceitos como Câmara de Eco e Filtro-Bolha, amplamente discutidos por estudiosas como Isabela Kalil e Letícia Cesarino, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ajudam a entender como as plataformas criam ambientes de reforço mútuo de opiniões e de isolamento ideológico. A Câmara de Eco promove a exposição seletiva a conteúdos que reforçam crenças já estabelecidas, enquanto os Filtros-Bolha personalizam a experiência de cada usuário, limitando o acesso a perspectivas divergentes. Esse processo favorece a disseminação de discursos de ódio e o fortalecimento de grupos extremistas, que se veem validados por essas dinâmicas algorítmicas.

Esse conjunto de elementos — vulnerabilidades estruturais, baixa regulação, instrumentalização política e funcionamento das redes — cria um ecossistema propício à perpetuação e ampliação da violência simbólica e material contra grupos vulnerabilizados no Brasil. O discurso de ódio, longe de ser apenas uma opinião individual, se torna parte de uma engrenagem política e econômica que ameaça direitos civis e a própria democracia.

REFERÊNCIAS

DIADORIM. **Observatória**: Monitor de PLs LGBTQIA+, 2024. Disponível em: https://observatoria.org/. Acesso em: 19 maio 2025.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio:** entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. Campinas, SP: [s.n.], 2018. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1060866. Acesso em: 19 maio 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2023. Salvador: **GGB**, 2024. Disponível em:

https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Painel Cor ou Raça. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/. Acesso em: 17 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informativo estatístico**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066 informativo.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

KALIL, Isabela; CESARINO, Letícia. **Como o discurso de ódio e o extremismo se propagam online**. GOV.br, Brasília, 2024. Disponível em:

https://odioouopiniao.mdh.gov.br/como-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-se-propagam-online/. Acesso em: 20 maio 2025.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA INTERNET E MÍDIAS DIGITAIS (Netlab). A guerra das plataformas contra o PL 2630. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contra-o-pl-2630. Acesso em: 19 maio 2025.

XAVIER, Uribam. Gabinete do ódio – o Grande Irmão. **Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais**, 2020. Disponível em: https://cienciassociais.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/gabinete-do-odio.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

BLOCO 4 — APRESENTADOR :

Depois de entender como essas campanhas de desinformação e ataques simbólicos se articulam, a pergunta que fica é: como reagir? Que caminhos ainda temos para construir uma internet — e uma sociedade — mais justa, plural e segura?

O primeiro ponto é reconhecer que o problema é político, e não apenas técnico. As campanhas da extrema-direita contra as pautas identitárias não são apenas reações espontâneas: são ações organizadas, sustentadas por interesses de poder. E, como nos ensina a historiadora Lilia Schwarcz, essas pautas, antes tratadas como "minoritárias", se tornaram o verdadeiro centro da disputa política. O discurso da extrema-direita é identitário sim — só que baseado na exclusão e no medo da diferença.

Nesse sentido, o avanço regulatório é um dos principais caminhos para conter a desinformação. No Brasil, o Projeto de Lei das Fake News e outras propostas de regulação das plataformas digitais vêm buscando responsabilizar redes sociais por conteúdos de ódio e desinformação. Mas a resistência é grande — tanto de setores políticos, quanto das próprias big techs, que usam a ideia de "liberdade irrestrita" para impedir qualquer controle, mesmo quando esse controle visa proteger direitos básicos.

Outra frente importante é a da educação midiática. Ensinar as pessoas a reconhecerem manipulações, identificar fake news, entender como funcionam os algoritmos e cultivar

pensamento crítico é essencial. Isso fortalece a capacidade de resistência, não só contra

mentiras, mas contra o medo e o ódio como ferramenta política.

Ao lado da educação, está a necessidade de políticas públicas consistentes que enfrentem as

desigualdades estruturais no acesso à informação e ao debate público. Isso inclui apoiar

comunicadores periféricos, como mostra o levantamento ,2023, Mas a resistência já está em

curso. Coletivos como o PretaLab, o Instituto Marielle Franco e a Coalizão Direitos na

Rede são exemplos de organizações que articulam denúncias, produzem dados, pressionam

legisladores e criam redes de proteção. Essas experiências mostram que as redes sociais

também podem ser ferramentas de mobilização e cuidado coletivo.

Influenciadores e jornalistas comprometidos com a diversidade também têm papel crucial.

Como propõe a matéria do Instituto Aurora, 2025, é possível disputar os significados

atribuídos às "pautas identitárias" sem cair nas armadilhas do moralismo conservador ou da

caricatura ideológica. A cultura woke, por exemplo, que vem sendo tratada como um

"espantalho ideológico" pela extrema-direita, na verdade representa o esforço contínuo de

populações historicamente oprimidas para reivindicar visibilidade, dignidade e reparação.

E para quem ainda insiste em colocar em oposição "identidade" e "classe", vale lembrar o

que traz o texto do Le Monde Diplomatique Brasil: as pautas identitárias surgiram dentro dos

próprios movimentos populares, muitas vezes liderados por mulheres negras, indígenas,

pessoas LGBTQIA+ e trabalhadores organizados. Portanto, tratá-las como "divisoras" é

ignorar a história real da luta por direitos no Brasil.

Em suma, resistir não é só defender quem está sendo atacado. É também construir novas

narrativas. Fortalecer redes. Conquistar espaços. E transformar a escuta em prática política.

Porque o futuro da democracia também depende de quem consegue falar — e de quem se

recusa a ser silenciado.

REFERÊNCIAS:

ASSAD, Gabriela. O que é cultura woke? Instituto Aurora. 2025. Disponível em:

https://institutoaurora.org/cultura-woke-o-que-e/. Acesso em: 29 maio 2025.

RECOARO, Deise; MATHEUS, Fabiana; PUJALS, Teresa Cristina. Pautas identitárias, sim. Qual o problema? Le Monde Diplomatique Brasil, 2024. Disponível em:

https://diplomatique.org.br/pautas-identitarias-sim-qual-o-problema-2/. Acesso em: 29 maio 2025.

RUY, Carolina Maria. Como surgiu a política identitária e qual sua relação com a ideologia liberal? **Brasil de Fato**. São Paulo, 17 set. 2021. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/2021/09/17/artigo-como-surgiu-a-politica-identitaria-e-qual-sua-relacao-com-a-ideologia-liberal/. Acesso em: 29 maio 2025.

AGÊNCIAMURAL. Brasil: Comunicadores e ativistas periféricos relatam ataques virtuais e como tentam se proteger. 2023. Disponível em:

https://pt.globalvoices.org/2023/10/13/brasil-comunicadores-e-ativistas-perifericos-relatam-ataques-virtuais-e-c omo-tentam-se-proteger/. Acesso em: 19 maio de 2025.

BLOCO 5 — APRESENTADOR ____:

Bom, passando agora para nossa entrevista, estamos aqui hoje com o Adriano de Freixo. Ele é Professor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua na Graduação em Relações Internacionais e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e Estudos Estratégicos (PPGEST). Adriano, é um prazer ter você aqui com a gente hoje pra conversar um pouquinho sobre esse tema de pautas identitárias e a extrema-direita. Antes de tudo, gostaria que você se apresentasse para o nosso público.

Há quem defenda que hoje a extrema-direita não rompe totalmente com a direita tradicional, mas sim que atualiza certas pautas em linguagem mais agressiva e digitalizada. Na sua visão, a extrema-direita representa uma ruptura com a direita ou uma radicalização dentro dela?

Na Europa, principalmente em países como França, Holanda ou Suécia, a extrema-direita se apropriou de algumas bandeiras identitárias para ganhar legitimidade e se afastar da imagem conservadora tradicional. Já no Brasil, o movimento parece ter se fortalecido justamente no ataque direto a essas pautas. O que explica essa diferença?

No Brasil, a extrema-direita parece apostar num discurso mais abertamente ofensivo, rejeitando até mesmo termos como "minorias" ou "diversidade". Isso é só uma questão de estilo ou tem a ver com a maneira como essas pautas foram historicamente tratadas por aqui?

Qual o papel das plataformas digitais têm desempenhado na disseminação dessas ideias na sociedade?

Para encerrar: o que pode ser feito para resistir a esse processo? Que caminhos devem ser fortalecidos — seja no campo político, institucional ou cultural — para proteger os direitos e as vozes dos grupos historicamente oprimidos?